

ATA Nº 9

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de **dois mil e três**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA	
1	INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2	SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM DE VALENÇA COM O ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – ÁREA DOS ANTIGOS ESTALEIROS MUNICIPAIS
3	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL E PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2023
4	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA SOCIAL – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS
5	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DAS TAXAS ANUAIS
6	PROTOCOLO COM A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA
7	PROJETO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ARRENDAMENTO ACESSÍVEL DO MUNICÍPIO DE VALENÇA
8	COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – COMPOSIÇÃO
9	COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS
10	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – REPRESENTANTES
11	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ – COMISSÃO PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VALENÇA
12	AMVM – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO MINHO – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
13	PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal**, **Sr. José António Moreira Cerqueira**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Vítor Manuel Costa de Oliveira, Débora Patrícia Alfaya, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Jorge Moura Rodrigues, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Pedro Manuel Guedes de Lemos, Maria da Conceição da Cunha Pereira, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Maria Do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Isabel Vaz Granjo, Francisco José Romeu, Maria Virgínia Faria da Costa, Hernâni Natal Araújo. Verificadas as **substituições**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

José António Moreira Cerqueira, Dora Marisa Alves Guterres, Filipe Fernandes Taveira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Sebastião António Silva Alves, Inês Rita da Silva Ferreira, Maria Do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Luís Manuel Gomes Amorim, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Paulo Jorge da Cunha Esteves, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, José António Lopes Nogueira, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Hernâni Natal Araújo, Maria Virgínia Faria da Costa, Francisco José Romeu, Carla Susana da Cunha Oliveira Conde, Isabel Granjo Vaz, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, Carlos Manuel Afonso Pereira, André de Sousa Rodrigues, Álvaro Agostinho Gomes Alves, Armando José Rodrigues, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, José Manuel Montenegro Roda, Diogo Miguel Mota Silva. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o Sr **Presidente da Câmara Municipal**, José Manuel Vaz Carpinteira e os **Srs. Vereadores**: Manuel Rodrigues Lopes, José Manuel Temporão Monte, Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues, Arlindo Amorim de Sousa e Rui Filipe Fernandes Rodrigues. _____

Verificada a ausência da 2ª Secretária da Mesa, Sra. Maria Conceição Pereira, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Membro Sr. Filipe Fernandes Taveira coadjuvasse a mesa nos seus trabalhos. Assim, assumiram funções para 1º e 2º secretários, os Membros Srs. Dora Marisa Alves Guterres e Filipe Fernandes Taveira, respetivamente. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, tendo-se registado a seguinte inscrição: _____

Alberto Manuel Ferreira Reis referiu que perante a dificuldade em agendamento para atendimento pelo Sr. Presidente da Câmara, o qual se perspectivava, talvez, para dias 15 ou 22 do próximo mês, uma vez que, até lá, a agenda já estava preenchida. Considera que meio dia por semana para atendimento aos munícipes, num computo de cerca de 17000 habitantes é escasso e sugeriu que se alargasse esse atendimento pelo menos para mais meio dia. Termos em que considerando a importância do assunto decidiu vir expor uma situação relacionada com a Freguesia de Verdejo. Na sequência das intempéries ocorridas no dia 01 de janeiro de 2023 existiram derrocadas de muros, degradação de estradas, caminhos, etc, designadamente nas imediações da antiga Estrada Nacional 201 de Valença/Monção, agravadas pelas movimentações de terras irracionais, num local com duas linhas nascentes. Tal situação levou ao arranjo de um troço de cerca de 200 metros de uma das bermas da faixa de rodagem tendo ficado a outra por fazer. Perante tal facto e por se tratar de um elemento de 150 anos, terceiro quartel do século XIX e ter sido, também, aprovada, no passado mês de setembro, em sede de Assembleia Municipal a preservação e a salvaguarda do património rústico da aldeia da Freguesia de Verdejo, alertou para a preservação dos valores que, neste momento, estão a ser negligenciados e abandonados. _____

Perante a intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** referiu que, efetivamente, existe um dia previsto para atendimento aos munícipes e quando se tratam de situações urgentes atende em qualquer dia, no entanto também frisou que poderia ter sido atendido pela Vice-Presidente ou pelo Vereador. Quanto à situação exposta, parte da obra está em execução e a outra será concluída em breve. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à **Primeira Secretária, Sra Dora Maria Alves Guterres** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 30 de dezembro último e 27 de fevereiro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

VOTAÇÃO DA ATA

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º8**, referente à sessão realizada no **dia 29 de dezembro de 2022**, surgiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para a mesma, pelo que, estando em condições, de a colocar a discussão, inscreveram-se:

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** que solicitou que a sua primeira intervenção fosse corrigida no sentido de não coartar o pensamento.

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** agradeceu o voto de condolências aprovado na Assembleia Municipal e o minuto de silêncio pelo falecimento da sua esposa.

Perante a solicitação do **Deputado Sr. José António Nogueira, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** após ter obtido a anuência de todo o plenário ordenou proceder em conformidade.

Finalizadas as apreciações, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, num universo de 23 (vinte e três) votantes aprovar, por unanimidade, a ata n. 8, referente à sessão realizada no dia 29 de dezembro de 2022. Os membros Srs. Dora Guterres, Luís Amorim, Inês Ferreira, Paula Natal, Armando Rodrigues, Carlos Pereira e Sebastião Alves não tomaram parte na votação por não terem estado presentes na sessão.

PROPOSTAS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Foram apresentadas 2 que foram encaixadas nos respetivos pontos, 9 e 12, da ordem do dia.

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros:

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** solicitou informações acerca dos contactos estabelecidos pelo IP relativamente à criação de condições e apontamento de soluções para as passagens de nível de São Pedro da Torre e de Cristelo- Côvo. Contactos que, também, foram estabelecidos, aquando da eletrificação da linha do Minho, pela Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, liderada então por António Dias, com o objetivo de eliminar a perigosidade das duas travessias mais a norte da respetiva

Freguesia. Entretanto, o atual Executivo da Junta de Freguesia está a proceder à pintura e sinalização horizontal, fruto do acordo alcançado em maio de 2021. Seguidamente, agradeceu que a Câmara Municipal tenha tomado conhecimento das recomendações que o “Nós Cidadãos!” fez na sessão de 27/06/2022 e questionou se não mereciam ser discutidas pelo Executivo e postas à votação pelas três forças partidárias que considerou que apenas são diferentes na sigla mas, contudo iguais nos procedimentos.

- **O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Pereira** solicitou informações acerca do o ponto de situação da empreitada da Estrada de Passos, bem como acerca do motivo da retirada do dispensador de água na creche da respetiva freguesia. Seguidamente, solicitou que a IP fosse lembrada da intervenção que ficou de fazer no aqueduto da EN 13, na zona da Formigosa e da Pedreira, que ficou entupido fruto das intempéries ocorridas no dia 01 de janeiro passado. Voltou alertar para a recolha tardia do lixo e para a falta de contentores. Questionou, também, se as Infraestruturas de Portugal já desbloquearam o problema existente na Estrada 201, para Paredes de Coura, de forma a dar continuidade às obras de saneamento. Por último, solicitou que fossem tomadas diligências no que diz respeito às normas de estacionamento e trânsito na via que vai desde a Estação até ao Edifício Bruxelas dadas as dificuldades causadas na circulação rodoviárias pelos veículos aí estacionados do lado direito em toda a via.

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** perguntou qual é a dificuldade na resolução da derrocada da estrada que vai de Valença para Gandra, junto ao bairro da Boavista, pois continua cortada. Por último, solicitou informações acerca de um desacato, segundo informações, no decurso de um evento que houve agora no Carnaval, no Mercado Municipal, “Valen’ Samba no Carnaval”.

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** questionou da previsão de ligação dos semáforos do cruzamento da Avenida Tito Fontes com a Avenida da Juventude, uma vez que há dias, houve um brutal acidente que envolveu três viaturas. Seguidamente questionou do motivo de não terem sido podadas as árvores do antigo campo da feira nas Avenidas de Espanha e dos Combatentes, assim como se a Câmara Municipal de Valença já foi ressarcida das verbas que o anterior executivo gastou aquando da Covid e ainda se a Câmara Municipal de Valença tem definido algum plano de acolhimento das famílias imigrantes que estão a chegar ao concelho e algumas delas em situações de vulnerabilidade, nomeadamente em relação a crianças.

- **A Deputada Sra. Carla Conde** interveio acerca da situação sinalizada pelo Sr. Carlos Pereira relativamente a desastrosa circulação rodoviária na Avenida do Colégio Português provocada pelo estacionamento de veículos no lado direito, sentido ascendente da estação da REFER até ao edifício Bruxelas e ainda para a necessidade de reparação do passeio degradado. Não lhe parece que o passeio do lado esquerdo seja necessário, uma vez que existe ecopista do lado direito. Mais, os semáforos existentes no cruzamento de ligação dessa avenida com a avenida da juventude e a avenida Tito Fontes estão constantemente desligados, dificultando a passagem dos carros de um lado para o outro e dos peões. Solicitou que quando fossem ativados pusessem verde em simultâneo para todos os pontos de passagem dos peões. Por último alertou para a falta de sinalização e de iluminação nas passadeiras.

- **O Deputado Sr. Hernâni Natal** felicitou o Juvalença e a sua atleta Joana Morgado, pelas conquistas

das recentes medalhas de ouro no Open de Juniores, em Coimbra e no recente Zonal em Valença e reconheceu o esforço de ambos nas deslocações, todos os fins de semanas, a Coimbra, ao estágio da seleção nacional. Dentro de 15 dias irá ao campeonato Nacional e daqui a um mês ao Europeu de Judo. Felicitou, também, a atleta Inês Fernandes, pela sua mais recente conquista, medalha de ouro na prova de lançamento de peso no Campeonato de Portugal de Pista Coberta. Por último, perguntou para quando a criação do Conselho Municipal da Juventude. _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** felicitou a iniciativa realizada para o Dia de São Valentim, “os Bancos do Amor”, e parabenizou o reconhecido artista, funcionário e seu colega do Município, António Nunes, que realizou a obra. Seguidamente, mencionou que o edifício dos Paços do Concelho deveria estar identificado e referiu a falta de segurança pública em Valença. Trata-se de um ponto de fronteira que tem sido alvo de imigração desregulada, pelo que sugeriu que alertassem, junto das entidades competentes, para a necessidade de colocação de mais elementos da GNR, ou até uma Polícia de Segurança Pública, atentos à realidade atual. Finalizou com um agradecimento público à GNR de Valença pelo serviço que tem prestado. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** questionou se houve contributos durante a auscultação pública do Plano Ferroviário Nacional, dada a importância para Valença e sua localização estratégica. Manifestou agradecimento a todos os intervenientes GNR, Bombeiros, Proteção Civil, presidentes de Junta, particulares que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que minimizar os danos causados pela intempéries ocorridas no passado dia 01 de janeiro e solicitou informações acerca do plano de recuperação do concelho e também da Fortaleza. Partilha da opinião dos seus colegas antecessores quanto à necessidade de alterar o funcionamento dos semáforos junto ao cruzamento do Pingo Doce. ____

Finalizadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão levantada pelo deputado Sr. José António Nogueira, acerca das passagens de nível de São Pedro da Torre e Cristelo Côvo. Foi contactado pela Divisão de Segurança da IP, que mencionou ter estado em conversações com o anterior executivo da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, mas sem qualquer resultado prático. Mais disse que, já está agendada uma reunião com a IP e a atual Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, para definirem e planearem uma alternativa para a passagem de nível. São problemas antigos que não foram devidamente acautelados, aquando da eletrificação da Linha do Minho, altura ideal para resolver essas questões das passagens de nível. Seguidamente, referiu ao Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Sr. Carlos Pereira que a empreitada da Estrada de Passos está em fase de preparação do projeto. Relativamente à travessia da Estrada Nacional 13, o IP ficou, logo que fosse possível, de limpar o aqueduto e verificar se é suficiente para a passagem das águas. Irão insistir nesse assunto junto do IP. Quanto aos semáforos existentes no cruzamento da Avenida da Juventude com a Avenida Tito Fontes, mencionou que não estão em funcionamento desde a execução dos trabalhos de ligação definitiva ao edifício Pingo Doce. Quanto à Avenida do Colégio Português, desde a Estação até à Avenida Tito Fontes, têm noção dos transtornos que causa o estacionamento do lado direito, aguardando-se apenas que a Comissão de Trânsito, hoje proposta a esta Assembleia, seja aprovada para reunir, discutir e aprovar uma solução. No que concerne ao abastecimento de garrações nas creches e escolas primárias do ensino

público, está garantido o normal abastecimento de água para as máquinas dispensadoras. Relativamente às instituições privadas, têm de definir os critérios de atribuição, uma vez que apenas duas estavam a beneficiar de abastecimento. Quanto ao lixo, mencionou a empresa “Eco Ambiente” ganhou o novo concurso e neste novo contrato terá penalizações maiores e serão mais vigilantes. Prosseguindo, respondeu ao Sr. Alberto Vilas que a recuperação do aqueduto na Rua da Esqueireira, na freguesia de Gandra vai iniciar amanhã, cujo custo ronda os 50.000,00€ e foi um procedimento mais moroso por ter sido através de consulta prévia. Quanto aos desacatos no exterior do Mercado Municipal, referiu que houve um atropelamento e a pessoa em causa teve alta no dia seguinte. Relativamente às questões colocadas pela Sra. Inês Ferreira no que concerne à poda das árvores no antigo campo da feira, informou que os serviços entendem que não devem ser podadas todos os anos, assim como quanto ao ressarcimento das despesas, por parte do Estado, no âmbito da pandemia Covid 19, informou que a Câmara já recebeu parte das despesas, cerca de 80.000,00€ (oitenta mil euros). Quanto ao plano de acolhimento de imigrantes, mencionou que, de facto, é uma questão muito complexa. Segundo o SEF, Valença é o Concelho do distrito com maior percentagem de imigrantes. Entretanto, foi criado um Gabinete de Inclusão, para sinalização e acompanhamento das situações mais críticas. Quanto ao mencionado pela Sra. Carla Conde, referiu não haver falta de sinalização, mas antes de iluminação das passeadeiras. No que concerne às felicitações proferidas pelo Sr. Hernâni Natal mencionou estarem todos imbuídos do mesmo sentimento pelas conquistas das referidas atletas. Prosseguindo, referiu, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, que os partidos do PSD, Nós Cidadãos! e Fortalecer Valença ainda não haviam indicado os seus representantes. No entanto, caso não o façam, será convocado com os membros já identificados. No tocante às menções da Sra. Paula Natal referiu que, já estava prevista a colocação da identificação do edifício “Paços do Concelho”. Assim como também vão proceder a obras de beneficiação do mesmo, nomeadamente na sua cobertura. No que concerne ao mencionado pelo Sr. Luís Amorim, relativamente ao Plano Ferroviário Nacional, referiu que foi objeto de consulta pública que termina hoje e para o qual o Município deu o seu contributo à CIM Alto Minho para a reposição do canal definido, há mais de 10 anos, para a passagem do comboio de alta velocidade Porto, Braga, Valença (com paragem) e Vigo, considerando a importância que este investimento terá para o desenvolvimento de Valença e da região. Relativamente ao Plano de Recuperação, foi feito um levantamento que se traduz cerca de 3 milhões de euros em prejuízos, entre o público e o privado, do qual foi dado conhecimento ao Ministério da Coesão. No caso de Valença, *a priori*, quem acompanhará o processo é a Comissão de Coordenação da Região Norte. No entanto, obrigará a candidaturas para o efeito. Relativamente à Fortaleza, no dia 03 de janeiro foi objeto de visita da Ministra da Coesão, Dra. Ana Abrunhosa, da Diretora da Direção Regional de Cultura do Norte, Dra. Laura Castrom, do Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, do Presidente da CIM Alto Minho e diversos técnicos para avaliação de prejuízos. No dia 6 de janeiro, os técnicos, indicados pela Direção Regional de Cultura do Norte, efetuaram um levantamento da área do derrube. No dia 12 de janeiro, foi assinado um protocolo de cooperação e prestação de apoio técnico e financeiro, com a DRCN. Informou, ainda, que brevemente será assinado um protocolo com a DGTF, a DRCN e a DGPC, para legitimar o Município a proceder à abertura dos procedimentos concursais de execução da obra.

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA ”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. José António Nogueira, Paula Natal, Carla Conde, Sebastião Alves e Inês Ferreira. _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** indicou, verbalmente, para integrar a Comissão Municipal de Juventude a sua própria pessoa, José António Nogueira. Relativamente à supressão da passagem de nível em São Pedro da Torre e de Cristelo Covo, reforçou a sua intervenção anterior e solicitou que lhe prestasse a informação que solicitou e se podem integrar o programa PNI 2030 para obtenção de subsídios nessa conjugação. Outra questão relativamente à informação escrita do senhor presidente da Câmara referiu que não figura a ação Município de Valença *versus* AdAM. Termos em que solicitou, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cópia da petição inicial com todos os documentos que a acompanharam. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** sugeriu, na sequência de tudo o que foi mencionado sobre o comboio de alta velocidade, que procedessem à leitura, online, do Jornal de Notícias do dia 25/02/2023, no qual são mencionadas, pela Comissária dos Transportes da Comissão Europeia, as razões do atraso na ligação de alta velocidade. Mais, questionou se a Câmara Municipal não possui técnicos que elaborem projetos, uma vez que se verifica da informação escrita um projeto que está em preparação de concurso para a conceção do projeto. Seguidamente, recordou que quando iniciaram as obras de requalificação da fortaleza a justificação apresentada era o grave problema de infiltração das águas pluviais na parte virada para a zona de Espanha. Fez-se um projeto assinado pelo Arq. Souto Moura, premiado, foi caro e não foi resolvida a questão das infiltrações de águas na fortaleza. Por último, perguntou para quando a casa mortuária naquela que foi a Freguesia de Valença. _____

- **A Deputada Sra. Carla Conde** questionou se os derrubamentos de terras na ecopista provocados pelas intempéries ocorridas no dia 01 de janeiro passado, assim como qual é o ponto de situação do projeto Revive Natura, em relação às estações nas freguesias de Ganfei, Friestas e Verdoejo. _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** questionou a que projetos transfronteiriços se candidatou o Município no âmbito do POCTEP. Verificou o despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, datado do dia 16 de fevereiro, onde refere que vai deixar de se realizar a feira mensal. Pela informação que detém diretamente dos feirantes é que as taxas são elevadas, dada a conjuntura económica atual e à falta de condições, especialmente no solo. Portanto sugeriu a criação de mais atratividade, uma vez que a feira mensal de domingo coincide, também, com a feira das velharias e antiguidades, que tem sempre muito sucesso, que atrai imensa gente do outro lado da fronteira e porque ambas feiras se complementam. Iria beneficiar mais os comerciantes que estão no extramuros. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** sugeriu que de futuro os documentos que compõe a informação escrita venham em condições de leitura. Em relação às empreitadas, manifestou a sua satisfação para com a resolução da situação da derrocada da rua de acesso a Gandra. Seguidamente, pediu informações sobre o valor que está previsto na Base gov para requalificação e dinamização da marginal de São Pedro da Torre, 175.900,00€ e para o parque de estacionamento Val Flores de 71.556,00€. Mais manifestou

satisfação para com a elaboração do projeto Execução da Reabilitação do Cineteatro de Valença, 74.000,00€. Também manifestou satisfação com a requalificação da escola da Silva para habitação social em concurso.

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** questionou se está prevista alguma intervenção no Bairro Social de Friestas.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes.

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao Sr. José António Nogueira, relativamente à questão da ação do Município contra a AdAM, informou que a integração desta foi deliberada no mandato anterior, bem como que a água em Valença é de melhor qualidade. O processo se encontrava em preparação. Quanto às passagens de nível, informou que a Junta de Freguesia de São Pedro da Torre e a Câmara Municipal de Valença estão a trabalhar no sentido de encontrar uma alternativa. Relativamente ao mencionado pela Sra. Inês Ferreira, quanto à necessidade de a Câmara Municipal contratar técnicos fora do Município para a elaboração de projetos, esclareceu que tal deve-se à falta de técnicos suficientes para dar resposta às necessidades. Mais disse que, brevemente, será aberto um concurso para admitir novos técnicos, reforçando os serviços municipais. Quanto à casa mortuária, é um problema que não é de fácil resolução. Permanece a dúvida quanto à localização. No respeitante ao pedido de informação solicitado pela Sra. Carla Conde, referiu que as limpezas foram realizadas. No entanto, a reabilitação da ecopista ainda demorará algum tempo, já que consubstancia um encargo de cerca de 400.000,00€. Quanto à questão do Revive, para Ganfei, de acordo com a informação da entidade promotora, não houve nenhum concorrente. Para Verdoejo e Friestas, apesar de terem sido apresentadas candidaturas, as obras ainda não avançaram. No que concerne às questões levantadas pela Sra. Paula Natal, relativamente ao POCTEP, informou que se encontrava em processo uma candidatura acerca da mobilidade suave entre Valença e Tui. Mais disse que, o Município está atento às candidaturas que vão abrindo. Quanto à feira mensal, nos primeiros domingos de cada mês, a Câmara Municipal deliberou terminar a sua realização por falta de regulamento. Caso seja do interesse Municipal retomar a sua realização, a mesma terá de ser regulamentada. Quanto ao mencionado pelo Sr. Sebastião Alves, referiu que, os documentos disponibilizados, são extraídos de igual forma para todas as sessões. Todavia, diligenciará no sentido de serem disponibilizados de forma mais perceptível. Quanto ao cineteatro, acompanha a posição do Sr. Sebastião Alves. Relativamente à habitação social na antiga escola da Silva, informou que o concurso para a empreitada está em preparação. Prosseguindo, relativamente ao mencionado pelo Sr. Luís Amorim acerca do bairro de Friestas, informou que todos os bairros sociais serão requalificados.

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. José António Nogueira, Inês Ferreira e Paula Natal tendo os restantes prescindido.

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** quanto à resposta dada pelo Sr. Presidente relativamente à ação contra a ADAM frisou que 5 meses para meter uma ação é demais. É um assunto importante. Deu exemplos de estar a pagar mais valor de água em Valença do que em Monção.

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** questionou o ponto de situação da afetação do funcionário para as Juntas de Freguesia. Quanto à casa mortuária, já esteve prevista nos estaleiros, no exterior do cemitério, de frente do cemitério e também no interior do cemitério. Considera que se poderia construir uma casa mortuária com acesso para a Avenida da Juventude no edifício do bloco B, do Agrupamento Muralhas do Minho, onde está a funcionar a ação social da Câmara. Deve chamar-se casa mortuária assim como deve, em situação de funeral, ser realizada uma celebração litúrgica, tendo em conta as várias confissões religiosas existentes em Valença. _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** agradeceu o esclarecimento, público, relativamente à falta de regulamentação das feiras, pois era da competência, na altura, do vereador Manuel Lopes, a legalização e a regulamentação das feiras. Portanto não foi aprovado em Assembleia Municipal porque nem sequer foi apresentado. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal mencionou ao Sr. José António Nogueira que a integração na AdAM foi deliberada no mandato anterior. O atual executivo está, como sempre esteve, contra a parceria. Relativamente ao mencionado pela Sra Paula Natal, reforçou a necessidade de regulamentação da dita feira. Quanto à questão do concurso dos operacionais para as Juntas de Freguesia, mencionado pela Sra. Inês Ferreira, referiu que será objeto de deliberação a abertura de concurso na próxima reunião do executivo. Relativamente à eventual instalação da casa mortuária junto ao bloco B do Agrupamento de Escolas, além de não se afigurar o local adequado, nesse edifício está previsto instalar-se a Academia de Música da Fortaleza de Valença. _____

Finalizados os esclarecimentos, Assembleia Municipal, num universo de 29 (vinte e nove) **Membros** apreciou: _____

- Informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro com o resumo da situação financeira do Município no dia 31/01/2023; _____
- Compromissos plurianuais assumidos entre 20/12/2022 a 31/12/2022; _____
- Listagem de empreitadas e projetos à data de 22/02/2023; _____
- Listagem dos processos judiciais pendentes em 17/02/2023 e o estado dos mesmos. _____

Quando os trabalhos iam neste ponto, a sessão foi objetod e um pequeno intervalo das 11h30 às 11h50.

Retomada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia deu prossecação à ordem de trabalhos. _____

PONTO 2º – SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM DE VALENÇA COM O ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – ÁREA DOS ANTIGOS ESTALEIROS MUNICIPAIS

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi apresentada a proposta de suspensão parcial do PDM de Valença, na zona dos antigos estaleiros municipais, bem como os estabelecimentos de medidas preventivas, para efeitos de construção da Residência Universitária. _____

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 2º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo se inscrito os Membro Srs

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** quanto à proposta de suspensão parcial do PDM de Valença, com estabelecimento de medidas preventivas na área dos antigos estaleiros municipais, a Avenida Pinto da Mota, na sequência de candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência para residências universitárias, obra no valor de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) que, segundo o Sr. Presidente da Câmara, deverá estar pronta no próximo ano, passando a acolher 65 alunos dos 650 que frequentam a Escola de Ciências Empresariais de Valença. Ora 15% deste valor terá de ser suportado pela edilidade, ou seja, 300.000,00€ (trezentos mil euros) a que acrescerá ou não o valor do sobredito terreno com 5000 m², que dada a sua localização e capacidade edificativa valeria, dado o valor por metro quadrado entre 150 a 175.000,00€ (cento e setenta e cinco mil euros), o que se traduz em quase meio milhão de euros de investimento para o Município. Atentos aos recursos escassos, pensa-se que o Município terá que contrair um empréstimo para suportar a sua parte, pelo que esta residência universitária rouba o lugar a outras obras mais prementes e inclusivamente quem arrendava quartos se vê na contingência de perder ganhos. Não cabe ao Município substituir-se aos privados, ao Estado e ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo, serviços sociais, no proporcionar de alojamento aos estudantes, porque tal investimento comporta custos elevados de retorno em nada contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos valencianos e das valencianas que, por força destas e de outras decisões, perdem ou pelo menos veem postergada a possibilidade de ter obras que muito anseiam, como o parque da cidade. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** mencionou, quanto à suspensão parcial do PDM para a viabilização da construção da residência universitária, que será conveniente que o equipamento seja classificado em solo urbano de baixa densidade. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** mencionou que a suspensão parcial do PDM na zona proposta e para os efeitos pretendidos está subjacente à urgência do equipamento e à oportunidade de candidatura para a construção da residência estudantil e pelo facto de a revisão do PDM estar com atrasos. Atentos à importância que reveste o assunto, mencionou que votariam favoravelmente a suspensão do PDM nesta área. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu o Sr. José António Nogueira que num universo 650 alunos que tem a Escola Superior de Ciências Empresariais, a residência terá 56 camas, existindo um grande diferencial entre o universo de alunos e a capacidade de alojamento. Pelo que a residência académica, na sua perspectiva, em nada prejudicará a iniciativa privada. Relativamente ao mencionado pelo Sr. Sebastião Alves, referiu que esta suspensão parcial do PDM visa o estabelecimento de medidas preventivas para cumprir os prazos previstos no âmbito da candidatura do PRR, para a construção da futura residência académica de Valença, no terreno dos antigos estaleiros municipais. Prosseguindo, concorda com o Sr. Luís Amorim no que concerne à importância, para Valença, da construção desta residência académica que criará oportunidade de alojamento a um custo mais acessível aos jovens com menores recursos. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os seguintes Membros: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** considera que não é uma obra diretamente necessária para os valencianos e que prejudica outros investimentos que os podiam beneficiar diretamente. Voltou a referir tudo quanto mencionou na sua anterior intervenção para questionar quantos pessoas a Câmara iria afetar ao equipamento para o funcionamento e limpeza, quem iria pagar as reparações, que lucros serão, se a Câmara Municipal de Valença vai ter que estar a pagar constantemente à ESCE, dos 56 alunos quantos vão ficar em Valença a trabalhar e vão ou não ser retirados do aluguer que os privados faziam aos quartos. _____

- **O Deputado Sr. Sebastião Alves** referiu ao Sr. Presidente que apenas manifestou preocupação com a forma como está prevista no PDM, predominantemente unifamiliar, e como será definido para a situação em apreço, não obstante votariam favoravelmente. Reforçou a sua intervenção anterior. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** referiu que todos reconhecem a necessidade de construção da residência académica, pelas dificuldades de alojamento em Valença. Portanto não compreende o entrave à suspensão do PDM para os fins propostos. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou, relativamente à intervenção do Sr. José António Nogueira, que o Executivo a que preside, aprovou de forma unânime, que o investimento da residência académica é necessário e de interesse para Valença. Quanto a quem paga a ação social aos alunos da ESCE, esclareceu que serão os serviços sociais do IPVC. _____
Seguidamente, o Deputado Sr. **José António Nogueira** pediu para fazer uma pergunta ao orador anterior e o Deputado Sr. **Alberto Vilas solicitou** solicitou um esclarecimento. _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** referiu que apesar de se tratar de uma proposta de suspensão parcial do PDM de Valença, com o estabelecimento de medidas preventivas nos antigos estaleiros, têm o direito de ter conhecimento do protocolo ou do contrato que foi celebrado com o Estado e que para votar em consciência, questionou quanto é que custa à Câmara Municipal a residência universitária, a participação neste programa do PRR e se fizeram os estudos de mercado, e em quanto tempo é que pensa recuperar esse dinheiro investido. _____

- **O Deputado Sr. Alberto Vilas** solicitou que esclarecimento quanto a tipologia do equipamento e se existe planta do edifício, porque a intervenção efetuada pelo Sr. Sebastião Alves gerou dúvidas. _____

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal voltou a referir que a tipologia prevista é de rés-do-chão e mais dois pisos. O rés do chão será para os serviços técnicos, receção, segurança, cozinha e lavandaria. Os outros dois pisos, para alojamento. Perfazendo um total de 24 quartos duplos e 8 quartos simples, que perfazem 56 camas.

A Assembleia Municipal, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, com 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 1 (um) voto contra do Deputado Municipal Sr. José António Nogueira, determinou, por maioria, a suspensão parcial do PDM-Plano Diretor Municipal na área dos antigos estaleiros municipais, situada na Av. Pinto da Mota e o estabelecimento de medidas preventivas sustentada na fundamentação apresentada pela Câmara Municipal para a necessidade de viabilidade de construção da Residência Académica de Valença, de acordo com alínea b) do n.º1 do artigo 126 do DL n.º 80/2015 de 14 de agosto que conjugada com o n.º 1 do artigo 138.º do mesmo diploma legal foi objeto de parecer favorável por parte da CCDRN para a conformidade das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

PONTO 3º- DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL E PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO 2023

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de nove de fevereiro corrente, foi apresentado o mapa de demonstração de desempenho orçamental, o pedido de autorização para integração do saldo de execução orçamental e o pedido de aprovação de uma revisão ao orçamento e GOP 2023.

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 3º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito o Deputado Sr. **José António Nogueira**, o qual disse ter tomado conhecimento da demonstração do desempenho orçamental e quanto à revisão verificou que os requisitos estão cumpridos atento a que o montante do saldo de gerência, por se inscrever em outra receita e não como receita corrente ou de capital, não é considerado para a aferição do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental e que a incorporação do saldo apurado pressupõe e exige uma revisão orçamental. Quanto à substância, na maior parte dos remendos até vão em bom sentido, mas as transferências para a AdAM não as conseguimos engolir e portanto não alterará o sentido de voto relativo ao Orçamento e às GOP de 2023, onde estão incorporadas, pelo que votará contra, mantendo e dando por reproduzido tudo o que disse aquando da votação “GOP 2023”.

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal mencionou que esta revisão ao orçamento de 2023 é necessária para a incorporação do saldo de gerência de 2022. Todos os valores referidos já estavam previstos nas GOPs de 2023.

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo o **Deputado Sr. José António Nogueira**, perante a resposta do Sr. Presidente, referido que o orçamento, com esta revisão, continua a ser o mesmo orçamento e o que disse foi ter verificado que a maior parte dos remendos até vão em bom sentido, mas as transferências para a AdAM

não os conseguimos engolir, o que não quer dizer que a Câmara Municipal não cumpra ou honre os compromissos assumidos, enquanto não haja uma decisão judicial no sentido de tudo isto poder ser revisto e revertido.

Colocado o ponto à votação, a Assembleia Municipal atenta à proposta apresentada pela Câmara Municipal, deliberou, por maioria, num universo

A Assembleia Municipal, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, com 29 (vinte e nove) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 0 (zero) voto contra, aprovou, por unanimidade, o mapa de «Demonstração do desempenho orçamental» de 2022, para efeitos do disposto no artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2023, assim como aprovou, também, por maioria, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, com 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 1 (um) voto contra do Deputado Municipal Sr. José António Nogueira, a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2023, conforme o prevê a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da lei 75/2013 de 12 de setembro, para incorporação do saldo da gerência da execução orçamental de 2022 no valor de 1.828.243,53€ (um milhão oitocentos e vinte e oito mil duzentos e quarenta e três euros e cinquenta e três cêntimos), nos termos do disposto no artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2023.

AUSÊNCIA DE MEMBRO: Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto ausentou-se o Sr. Presidente de Junta da Freguesia de S. Pedro da Torre, Cristóvão Pereira.

PONTO 4º- TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA SOCIAL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Foi presente a prorrogação de prazo para a aceitação da transferência de competências na área social, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por sua deliberação, em sua reunião de doze de janeiro findo.

Seguidamente, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições ao 4º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito o **Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou que o exercício de competências pelas Autarquias locais na área social será uma realidade de importância acrescida ao nível da intervenção em situações de vulnerabilidade e de exclusão social em que se encontrem pessoas e famílias. O desenvolvimento de uma ação social integrada é fator primordial para concretizar-se o satisfazer de respostas de proximidade mais adequadas e mais céleres, designadamente com o assegurar do serviço de atendimento e de acompanhamento social. Elaborar cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, assegurando a sua articulação com as prioridades definidas a nível regional e nacional. Implementar de atividades de animação e de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar. Elaborar de relatórios de diagnóstico técnico e de acompanhamento e de distribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual, em situações de carência económica e risco social. Celebrar e acompanhar dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção. Desenvolver de programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, em articulação com entidades públicas, IPSS's, etc.. Coordenar da execução do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, chamados CLDS, em articulação com os Conselhos Locais de Ação social e emitir parecer vinculativo quando desfavorável sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos. Qualquer adiamento na

assunção destas responsabilidades e encargos por parte do Município, ainda que por 1 mês, é mau no entanto uma vez que o recrutamento e formação dos recursos humanos da edilidade teve constrangimentos, mencionou que votaria favoravelmente este pedido de prorrogação/adiamento por 1 mês, com a observação que seria expectável que esses constrangimentos tivessem tido resposta atempada, já que este é um processo que se arrasta temporalmente e é muito importante para os carenciados e desfavorecidos.

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes.

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou que as competências em apreço não foram transferidas mais cedo, porque decorria uma negociação entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, relacionada com as contrapartidas financeiras para as autarquias. Até ao momento, apenas 104 Municípios assumiram estas competências. A aceitação destas competências é uma imposição que acarreta ao Município constrangimentos em termos de recrutamento de recursos humanos, daí a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para que a sua aceitação seja feita no limite do prazo, dia 3 de abril próximo.

Finalizados os esclarecimentos, não houve mais intervenções.

A Assembleia Municipal num universo de 28 (vinte e oito) teve 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 0 (zero) votos contra aprovou, por unanimidade, a prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências até ao dia 03/04/2023 estabelecida no n.º 5 do artigo 24 do Decreto – Lei n.º 87-B/2022 de 29 de dezembro, pelos constrangimentos relativos ao processo de recrutamento e formação de recurso humanos ainda não estar concluído.

PONTO 5º- PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DAS TAXAS ANUAIS

Foi presente a prorrogação de prazo para a liquidação das taxas, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de vinte e seis de janeiro findo.

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições ao 5º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito o **Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou que votaria favoravelmente, ratificando o despacho presidencial, sugerindo a alteração dos prazos previstos para pagamento e para ratificação no próprio diploma autárquico, prevenindo datas de publicação do INE e para uma melhor organização administrativa dos serviços responsáveis da Câmara Municipal de Valença.

- **A Deputada Sra. Paula Natal** questionou que receitas foram arrecadadas relativamente a estas taxas bem como o que ainda falta pagar ao Município, bem como também questionou se já conseguiram licenciar todos os espaços, quer seja esplanadas, ombreiras, padieiras, toldos de publicidade, etc.. Até porque é fácil pensar que se todos pagarmos as devidas taxas e impostos, irá o Município ter mais receita para fazer melhorias necessárias nas mais variadíssimas vertentes, até mesmo criando melhores condições para o comércio envolvido. Finalizou referindo que votariam favoravelmente.

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** relativamente à sugestão do Sr. José António Nogueira, deve ser acolhida relativamente aos prazos que refere, porque normalmente o indicador do INE é apresentado em janeiro. Relativamente à intervenção da Sra. Paula Natal informou que não foi arrecadado qualquer valor referente a estas taxas, daí a dilação do prazo. Quanto às esplanadas e outras ocupações da via pública, os licenciamentos estão em curso. _____

Terminadas as intervenções e esclarecimentos, não existiram mais inscrições para usar da palavra. _____

A Assembleia Municipal num universo de 28 (vinte e oito) teve 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 0 (zero) votos contra ratificou, por unanimidade, o despacho proferido pelo Sr. Presidente de Câmara no dia 12 de janeiro findo através do qual autorizou a liquidação de taxas dos licenciamentos anuais, no ano 2023, nos meses de fevereiro e março, com base na proposta apresentada pelo Sr. Presidente de Câmara e aprovada pelo órgão executivo no dia 26 de janeiro findo. _____

PONTO 6º- PROTOCOLO COM A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Foi presente a a proposta de protocolo para a cobrança coerciva das taxas e outras receitas administradas pelo Município, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de vinte e seis de janeiro findo. _____

Seguidamente, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições ao 4º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito os seguintes Membros: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou que, inegavelmente, há um acréscimo acentuado pela crise de dívidas dos contribuintes às Autarquias Locais e estas não dispõem dos meios e ferramentas que a Autoridade Tributária tem para esse efeito, designadamente o acesso a bases de dados para procura de bens penhoráveis dos executados. Tem-se que este protocolo, libertando recursos humanos e técnicos para outras funções, permitirá beneficiar ao Município de Valença de um processo mais célere de cobrança coerciva de tais créditos, que são indisponíveis porque públicos e, por outro lado, permitirá contribuir para a reposição da justiça, traduzida na observância e respeito do princípio da igualdade entre os cidadãos contribuintes que pagam os respetivos tributos e os que, as mais das vezes deliberada e sistematicamente, se furtam à sua liquidação, confiando na inação ou falta de meios dos serviços autárquicos responsáveis e se fiam na prescrição/caducidade. Finalizou dizendo que votariam favoravelmente subjacente à publicidade quanto à sua existência e implicações, funcionando como elemento preventivo e dissuasor de futuras prevaricações. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** mencionou que se trata de um protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, reconhecemos que está a ser utilizado por mais instituições públicas e até privadas, para procederem à cobrança coerciva de determinadas dívidas. Sabem que uma notificação da AT tem outro peso emocional no entanto pelo conteúdo do protocolo não se percebe quais as taxas que a AT aplicará nestas cobranças ao contribuinte. Poderão considerar um rendimento para a AT, à custa do Município. Certamente que já receberam uma carta injusta da AT a pedir a cobrança, a uma taxa exorbitante, de uma

determinada dívida paga no dia seguinte. Os comerciantes e os empresários de Valença, mas também a população de Valença, os valencianos, sabem qual é o custo que a AT aplica na cobrança de uma determinada dívida. No limite estão a pôr em causa a capacidade do Município e dos seus colaboradores em fazer as cobranças, em fazer o seu serviço, porque certamente o Município terá colaboradores alocados a este tipo de tarefa e que tem de contratar uma entidade, apesar de ser pública, para cobrar. Ora, se um valenciano não paga uma refeição escolar, se não paga uma renda de um bairro social, certamente é porque teve dificuldades e precisou desse dinheiro para pagar outra coisa qualquer. Mas em vez de pagar a renda, o valor justo da renda que lhe está atribuído, vai-lhe pagar com umas taxas e taxinhas e taxonas à Autoridade Tributária, que é a Autoridade Tributária, fica com ele. Se a Autoridade ainda devolvesse esse valor para o Município, ainda era um valor acrescido para o Município. Esta-se a onerar ainda mais aqueles que, de alguma forma, têm dificuldade. E, portanto, não concordam com esta passagem da cobrança, porque consideramos que o Município terá capacidade suficiente para fazer estas cobranças e, por vezes, se não tiver capacidade e se elas forem justificadas o apoio às famílias também pode ser incluído. _____

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Município tem dificuldade na cobrança de dívidas e anualmente são objeto de deliberação por prescrição. Trata-se de um protocolo também utilizado por outros Municípios para a cobrança coerciva, pela AT, das dívidas, assegurando-se maior justiça perante os que atempadamente pagam as suas contribuições. Só de consumo de água há mais de 70.000,00€ (setenta mil euros) de dívida à Câmara e de refeições escolares cerca de 11.000,00€ (onze mil euros). As pessoas com dificuldades económicas apontadas serão avaliadas pela ação social para beneficiar de apoios sociais para o efeito. A Câmara não pode deixar prescrever as dívidas, porque se o fizer está a cumprir as suas competências. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo obtido as seguintes inscrições: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** esclareceu que efetivamente em primeiro vai a fatura, depois vai um aviso e depois vai para a AT. E quem não pode pagar num mês, com certeza que a Câmara não enviará para a AT no segundo mês. Provavelmente, aguardará três meses. É de inteira justiça ter e pagar um serviço. Aliás os valores que ficam por cobrar de taxas no Município são avultados e com este protocolo, desde que amplamente divulgado, as pessoas deixam-se de “*chico espertisses*” e os funcionários adstritos a este serviço ficam libertos para fazer outras funções. Acredita que com esta medida as dívidas ao Município vão diminuir substancialmente. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** mencionou que pelo que verificou do conteúdo do protocolo não há garantia nenhuma que a AT consiga cobrar os valores em dividas, para além de considerar que será uma fonte de rendimento que estão a arranjar para suportar os seus encargos internos. Um munícipe que se dirija à AT para ser atendido tem de agendar primeiramente e com esta transferência de poderes ainda vai prejudicar mais, porque os funcionários da Autoridade Tributária irão estar ocupados a cobrar a dívida que for do Município. Concorda plenamente que quem deve tem de pagar no entanto não lhe parece que

o valor, acima mencionado, das dívidas não cobradas afete as contas do Município. Terminou solicitando esclarecimentos e justificação quanto à bondade desta transferência que continua a achar que não existe.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** voltou a referir que a AT apenas se vai fazer substituir ao Município na cobrança da dívida que será comunicada pelo autarquia após insistência junto do devedor. No entanto, quem manifestar impossibilidade de efetuar pagamento da dívida poderá, se justificado, beneficiar de pagamento em prestações e, inclusivamente, ter acesso a apoios sociais. _____

A Assembleia Municipal num universo de 28 (vinte e oito) teve 23 (vinte e três) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 5 (cinco) votos contra dos Membros Srs. Inês Ferreira, Francisco Romeu, Alberto Vilas, Aurélia Correia e Isabel Vaz, aprovou, por maioria, o protocolo com a Autoridade Tributária e respetiva celebração para a cobrança coerciva das taxas e outras receitas administradas pelo Município de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto – Lei n.º 433/99 de 26 de outubro. _____

PONTO 7º- PROJETO DE REGULAMENTO DE PROGRAMA MUNICIPAL DE ARRENDAMENTO ACESSÍVEL DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

Foi presente o projeto de regulamento do Programa Municipal de Arrendamento Acessível, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e dois. _____

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições ao 7º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito os seguintes Membros: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou que se trata de um programa de política de habitação para a promoção de uma oferta mais alargada a preços compatíveis com os rendimentos das famílias e resposta às necessidades habitacionais das famílias, cujo nível de rendimento não lhes permite aceder no mercado a uma habitação adequada às suas necessidades. Este projeto de regulamento vem, de algum modo, estabelecer mecanismos de aplicabilidade no nosso Município, pelo que votaria favoravelmente. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** questionou o que se considera como agregados habitacionais de rendimentos intermédios, uma vez que consta do projeto de regulamento em apreço, bem como outras terminologias transcritas do Decreto-lei que deveriam estar definidas. Apontou, porque acredita ser lapso, para a correção no ponto 1 e ponto 6 do artigo 33, refere número 1 do artigo 12 mas deve referir número 2, referente à tabela das rendas, questionando se está de acordo com o previsto na respetiva Portaria. Mais questionou sobre que diploma legal define o conjunto de fórmulas e de coeficientes para as várias variáveis previsto no ponto 3 e no ponto 5 do artigo 33.º do presente projeto de regulamento. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** mencionou que o regulamento visa estabelecer algumas regras no arrendamento, foi objeto de discussão pública e julga estar em condições de ser aprovado pela esta Assembleia Municipal. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** frisou que o regulamento foi elaborado de acordo com a legislação em vigor. Rendimentos intermédios refere-se à classe média. Será avaliado o rendimento bruto e a taxa de esforço para a habitação não deve enfim, segundo a legislação, ultrapassar os 30, 35% desse rendimento. Trata-se de uma oportunidade de poderem ter uma renda a preços mais acessíveis. Foi objeto de discussão pública durante 30 dias e não obteve qualquer contributo. O lapso apontado pela Sra Inês Ferreira será corrigido antes da publicação do regulamento. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpeleções, tendo obtido as seguintes inscrições: _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** questionou se há alguma noção da quantidade de habitações que poderão ser alvo desta medida. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** questionou, uma vez que não se sabe quantos imóveis é que irão estar disponíveis, qual é a margem que terá que ser suportada pelo orçamento municipal com esta medida, porque se a Câmara vai arrendar por 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), depois vai subarrendar por 300€ (trezentos euros) ou por 270€ (duzentos e setenta euros). _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou que, em Valença, de acordo com últimos censos, há mais de 1300 habitações não ocupadas. Com este regulamento em vigor, serão abertas candidaturas e os proprietários que pretendam concorrer, disponibilizando a sua habitação para este arrendamento acessível, celebrarão um contrato de arrendamento com Município. Posteriormente, o Município atribuirá o arrendamento a quem se candidatar e preencher os requisitos necessários para beneficiar de arrendamento acessível. Por último informou o Sr. Alberto Vilas que está previsto no orçamento uma rubrica para o efeito, com inscrição de um valor aleatório que, se necessário, será ajustado. _____

A Assembleia Municipal, num universo de 28 (vinte e oito), com 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 0 (zero) votos contra, aprovou, por unanimidade, o regulamento do Programa Municipal de Arrendamento Acessível do Município de Valença. _____

INTERRUPÇÃO PARA ALMOÇO: Quando eram 13h15 foram interrompidos os trabalhos para almoço tendo reiniciado, para a continuidade dos mesmos, pelas 14h15. No período da tarde não estiveram presentes os Membros Srs. Paulo Esteves e Cristóvão Pereira, bem como os membros Srs. Alberto Vilas, Inês Ferreira, Francisco Romeu, Aurélia Correia e José Rodas participaram na sessão a partir do início da discussão do Ponto 9 Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais até ao final da sessão. Termos em que a sessão reiniciou com **24 (vinte e quatro)** Membros e contou com a presença de **29 (vinte e nove)** Membros. _____

PONTO 8º- COMISSÃO MUNICIPAL TRÂNSITO COMPOSIÇÃO

Foi presente a criação e composição da Comissão Municipal de Trânsito, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de vinte e seis de janeiro findo. _____

Seguidamente, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições ao 8º ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito os seguintes Membros: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou que falta conhecer qual o teor da deliberação da Câmara Municipal de Valença, de 20 de outubro, revogada, e que devia constar da documentação distribuída. Louvou a criação de uma nova Comissão Municipal de Trânsito para colmatar lacunas evidentes e repor a legalidade, no que concerne ao trânsito intramuros e à não eficácia externa das deliberações tomadas por via de não submissão e não aprovação nesta Assembleia Municipal, bem como quanto às necessidades do pôr cobro a assimetrias e desigualdades como sendo a proibição, exceto a proprietários, no emparcelamento, no eliminar, por exemplo, do perigo que o estreitamento de via não devidamente assinalado representa nos acessos à Ponte Seca. No repensar das zonas de parque pago, criadas sem critério e em todos os sinais sem conformidade legal. Executar, imediatamente, um trajeto obrigatório, distinto, que não envolva pesados de mercadorias a atravessar a congestionada Avenida Dr. Tito Fontes, pela Urgeira, ESCE, Avenida Pinto da Mota, Avenida de Espanha, limitada a 30 km/h. Mais referiu que o afastamento do “Nós Cidadãos!” da composição desta Comissão deveria ser revertida. Na anterior Comissão, todas as forças político-partidárias. Acresce que se verifica que a Delegação da Ordem dos Advogados de Valença foi excluída ao não ter um qualquer representante previsto para integrar esta Comissão que poderia contribuir para, na área do Direito e conexos, melhorar a segurança rodoviária e o exercício de uma plena cidadania, tendo sucedido o mesmo com a falta de representante da EP – Estradas de Portugal E.P.E, que seria fundamental. É fundamental que a Comissão de Trânsito seja implementada, funcione e trabalhe afincadamente para que sejam prontamente implantadas no terreno as melhores práticas rodoviárias, com a análise e discussão de medidas para melhorar as condições de segurança das pessoas e de bens, a fluidez do trânsito urbano e o estacionamento de veículos nas vias públicas, sob jurisdição deste Município. _____

- **O Deputado Sr. Luís Amorim** felicitou a criação da comissão que virá contribuir para regulamentar algumas lacunas existentes na regulamentação de trânsito, apesar de ter um poder consultivo espera que funcione e, por esse motivo, iriam votar favoravelmente. _____

Terminadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que a comissão funcionará como órgão consultivo em matéria de trânsito. A aprovação de regulamentos de trânsito têm de ser ajustados à realidade. A comissão é composta por representantes das forças vivas da comunidade Valenciana. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo obtido a inscrição do **Deputado Sr. José António Nogueira** que julgava que a composição ainda estava aberta à participação de outros elementos, por isso é que falou no representante da Ordem dos Advogados e no representante da E.P.E. Mas é por isso que é que eu falei da composição. Mencionou que iria votar favoravelmente em qualquer dos casos.

Terminada a intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que poderão convidar entidades e organismos

sempre e quando for necessário e oportuno. _____

A Assembleia Municipal num universo de 24 (vinte e quatro) Membros pronunciou-se e **aprovou por unanimidade**, a criação e composição da Comissão Municipal de Trânsito aprovada na reunião de Câmara. _____

PONTO 9º- COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

PONTO 10º- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO REPRESENTANTES

PONTO 11º- RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE CPCJ

PONTO 12º- ELEIÇÃO PARA O REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DA AMVM

Foi decidido juntar estes quatro pontos para a respetiva apresentação e discussão, sendo que a sua votação seria no final das intervenções e de forma individualizada. _____

Termos em que foi presente a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de vinte e dois de fevereiro para a designação de dois representantes das freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais. Para o efeito foi apresentada a proposta por Partido Socialista que seguidamente se transcreve: _____

PROPOSTA

“COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei 82/ 2022, de 13 de outubro, de acordo com a alínea b), n.º 3, do artigo 29, em que a Assembleia Municipal terá que nomear até dois representantes da Freguesia para integrar a respetiva comissão. Após analisar o assunto e considerando a importância da comissão, o Grupo Municipal do Partido Socialista considerou incluir um representante a norte e outro a sul do Concelho, os senhores presidentes das Freguesias de Cerdal e Verdoejo, respetivamente. Freguesia de Cerdal, Carlos Manuel Afonso Pereira e Freguesia de Verdoejo, José Manuel Montenegro Roda. Valença, 28 de fevereiro de 2023” . _____

Relativamente ao Conselho Municipal de Educação, foi presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião, realizada a nove de fevereiro corrente, para a nomeação dos membros a compor o referido Conselho, bem como as substituições dos representantes sejam efetuadas pelas entidades que compõem o Conselho. _____

Relativamente ao relatório de atividade da cpcj foi recebido para tomada de conhecimento. _____

Relativamente à eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Associação de Municípios do vale do Minho, com vista à sua dissolução foi apresentada pelo Partido Social Democrata a proposta de eleição do Membro Sr. Alberto Luis de Oliveira Vilas. _____

Seguidamente, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** referiu que é entendimento do Nós, Cidadãos! que na designação dos representantes das Freguesias, seja tida em linha de conta a amplitude geográfica do Concelho e seja, como habitualmente, designado um Sr. Presidente da Junta de Freguesia/União de

Freguesias a Norte de Valença e outro a Sul. Os nomes propostos, já agora, embora seja por votação secreta, merecem concordância e mencionou que iria votar favoravelmente. Quanto ao Conselho Municipal de Educação, que iriam votar favoravelmente. Quanto ao relatório da CPCJ tomaram conhecimento e sobre a proposta apresentada para representar esta Assembleia na Assembleia Intermunicipal da AMVM, membro Alberto Vilas, trata-se de uma pessoa habituada a estes fóruns. Portanto, iriam votar todos os pontos favoravelmente. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** mencionou que todos reconhecem o trabalho desenvolvido pela CPCJ ao longo dos anos, que é insubstituível e necessário e cada vez mais urgente, em prol dos mais frágeis e vulneráveis, dos maus-tratos e negligências de que têm, de quem tem o dever de os proteger e garantindo-lhes uma infância e uma juventude feliz para que se tornem cidadãos integrados na sociedade. Aproveitou para voltar a falar na questão, sobre a qual já interveio no período da manhã, relativamente aos imigrantes. Pensa que a CPCJ vai ter um trabalho acrescido a partir de agora, uma vez que têm chegado agregados familiares com muitas necessidades e com uma vulnerabilidade muito grande. E sugeriu trabalho articulado entre a Câmara Municipal de Valença, através da CPCJ e da Ação Social, a GNR e o SEF, no sentido de monitorizar todas as situações que vão surgindo no Concelho evitando problemáticas. _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** subscreveu as palavras da sua antecessora relativamente à CPCJ. Seguidamente, referiu que os documentos respeitante a este assunto deveriam estar mais legíveis. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou, relativamente à CPCJ, que é uma entidade que merece reconhecimento pelo trabalho que desenvolve e informou que os serviços sociais do Município se encontram, permanentemente, em articulação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a questão dos migrantes é um dos assuntos em acompanhamento. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações que obteve as seguintes inscrições: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** lembrou que uma das propostas que apresentaram era uma comissão de apoio a migrantes. É fundamental apoiar as crianças e os pais. E gostaria que a Câmara Municipal não tivesse apenas tomado conhecimento, mas deliberasse bem ou mal. Referiu ainda que um dia vai apresentar uma comissão parecida a esta, para coordenar todo o apoio aos idosos deste concelho. Relativamente à Associação de Municípios do Vale do Minho questionou se o edifício, GAT, onde funciona é propriedade exclusiva do Município de Valença. Foi o Município de Valença que o pagou. A partir de certa altura, aparece registado em nome de todos os Municípios. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** interveio para justificar porque é que o relatório da CPCJ vem com essas letrinhas tão pequeninas, por ser extraído de uma plataforma. No futuro solicitou que fosse diligenciado um documento mais legível. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente

da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** respondeu, quanto à questão da propriedade do edifício onde está o GAT, o terreno, de facto, era do Município de Valença. A construção foi realizada pela Comissão de Coordenação da Região Norte. Nos anos 2000 foi feita uma justificação notarial, em que os seis Municípios de Vale do Minho seriam proprietários daquele edifício, cada Câmara tem 1/6 daquele edifício. Quanto à designação do membro para a Assembleia Intermunicipal, mencionou que é para extinguir a Associação Municípios de Vale do Minho. Já não tem atividade há muitos anos.

Terminadas as intervenções procedeu-se às respetivas eleições e votações. _____

PONTO 9º- COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

Num universo de 29 (vinte e nove) votantes, a Assembleia Municipal **designou 2 representantes das freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão integrada de Fogos Rurais**, por escrutínio secreto. Pelo Partido Socialista foi apresentada proposta para eleição de representantes, a norte, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Verdoejo, José Manuel Montenegro Roda, e a sul do Concelho o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Manuel Afonso Pereira. Procedido à eleição apurou-se o seguinte resultado: _____

Freguesia a Norte	Presidente de Junta de Freguesia de Verdoejo – José Manuel Montenegro Roda
Votos contra:	4 -----
Votos a favor:	25 -----
Votos em Branco:	0 -----
Votos Nulos	0 -----
Aprovado por	maioria, a designação do Presidente de Junta de Freguesia de Verdoejo Sr. José Manuel Montenegro Roda _____

e

Freguesia a Sul	Presidente de Junta de Freguesia de Cerdal – Carlos Manuel Afonso Pereira
Votos contra:	4 -----
Votos a favor:	23 -----
Votos em Branco:	2 -----
Votos Nulos	0 -----
Aprovado por	maioria, a designação do Presidente de Junta de Freguesia de Cerdal, Sr. Carlos Manuel Afonso Pereira _____

PONTO 10º- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO REPRESENTANTES

A Assembleia Municipal, num universo de 29 (vinte e nove) Membros , com 29 (vinte e nove) votos a favor, 0 (zero) abstenções e 0 (zero) voto contra, aprovou, por unanimidade, a nomeação dos membros propostos para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos dos artigos 57.º e 58.º do Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro, bem como, também, aprovou, por unanimidade, que as substituições dos representantes venham a ser efetuadas pelas entidades que compõem o conselho. ____

PONTO 11º- RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE CPCJ

A Assembleia Municipal, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório apresentado. _____

PONTO 12º- ELEIÇÃO PARA O REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DA AMVM

Num universo de e 29 (vinte e nove) votantes, a Assembleia Municipal **designou 1 Membro para integrar a Assembleia Intermunicipal da AMVM**, de entre os eleitos diretamente e por escrutínio secreto. Para a presente eleição foi apresentada, pelo Partido Social Democrata, a proposta do Membro Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas para a referida integração: _____

Membro	Alberto Luís de Oliveira Vilas -----
Votos contra:	3 -----
Votos a favor:	23 -----
Votos em Branco:	3 -----
Votos Nulos	0 -----
Aprovado por	maioria a designação do Membro Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas para integrar a Assembleia Intermunicipal. _____

PONTO 13º- PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi presente o projeto de novo regimento para a Assembleia Municipal. O Deputado Sr. **José António Nogueira** sugeriu que fosse feita uma apresentação do ponto pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que foi um trabalho em conjunto de todas as forças partidárias com assento na Assembleia Municipal. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer a todos os líderes dos grupos municipais que estão representados na Comissão Permanente pelos contributos que deram origem a este novo regimento e, também, um agradecimento à Elisabete Esteves pelas horas que dedicou em prol da elaboração deste projeto e do apoio que efetivou aos Líderes. Foi um projeto elaborado com base num documento da Associação Nacional das Assembleias Municipais, ajustado à realidade de Valença. O tempo que demorou a elaborar foi o necessário para fazer um novo documento. Em algumas coisas pensa que poderiam ter ido um pouquinho mais além, uma vez que o Regimento, no fundo, é um documento, é um instrumento que deve contribuir para melhorar a qualidade daquilo que é a democracia local, quer o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023 _____
seu funcionamento, quer na sua organização. É um conjunto de regras que permite aclarar determinadas
situações e que também deve ser conhecido e reconhecido por todas as entidades. _____

Terminada a apresentação do **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, intervieram os seguintes
Membros/Deputados: _____

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** referiu o documento foi objeto de unanimidade entre todos. É
um bom documento e espero que ele, não sendo muito distinto do anterior e, uma vez que reúne
consenso, possa servir os interesses desta Assembleia e do povo valenciano. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** interveio para referir que neste caso em apreço a líder do grupo
municipal do PSD foi substituída por si na elaboração do documento em apreço. O conteúdo do
documento foi elaborado, no geral, de forma consensual por todos os elementos com algumas
alterações em relação ao inicialmente proposto. Julga que algumas significativas que verificarão na
próxima Assembleia, nomeadamente este cenário vai ser diferente, exatamente por consenso de todos os
representantes dos grupos municipais. Havia uma proposta inicial no período “antes da ordem do dia”, as
propostas a apresentar teria que ser no dia anterior, o que de alguma forma coartava a capacidade de
surpreender os membros da Assembleia. E isso também foi objeto de rejeição e não fará parte deste novo
Regimento. Algumas delas mereceu uma discussão acesa, daí o Sr. Presidente ter feito referência ao
tempo que terá demorado a consensualização e a aprovação do Regimento da versão final do Regimento.
O Regimento está em condições de ser aprovado. _____

- **O Deputado Sr. Paula Natal** questionou quantas reuniões foram necessárias para o Regimento fosse
uma realidade e qual o custo dessa elaboração. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** voltou a referir que foram
realizadas as reuniões necessárias, umas onze ou doze. O documento tinha que ser discutido e foi esse o
compromisso para concretizar um documento que consensual. Defendeu diversos temas e um dos temas,
no qual houve mais demora no consenso e que considera importante, foi os grupos municipais,
designadamente que os membros da Assembleia Municipal fossem eleitos em coligações que depois,
chegando à Assembleia Municipal, não poderiam fazer grupos municipais desses partidos que
compunham essa coligação. Outro dos temas em que também perdemos tempo, foi o nome da Comissão
Permanente, em que foi proposta desse documento, em mudarmos o nome da Comissão Permanente para
Comissão de Representante de Líderes, Conferência de Representantes ou Conferência de Líderes. Por
último, que as propostas fossem apresentadas com alguma antecedência, por uma questão de
organização. Aliás se os membros da Assembleia Municipal, têm o direito de receber, pelo menos dias
antes, toda a documentação, porque é que a Mesa também não tem que saber à partida o que é que vai lá
estar, quais são as propostas para poder preparar e organizar. Exemplificou não há muito tempo que uma
Assembleia Municipal em Portugal foi distinguida com um prémio de boas práticas, a Assembleia
Municipal de Barcelos, e um das boas praticas é o seu Regimento prever a obrigatoriedade de apresentar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023 _____
as propostas até 72 horas antes da respetiva reunião. Portanto em alguns aspetos sujeitou-se à democracia. Depois outro que também que perdemos algum tempo a discutir, foi precisamente o período da intervenção do público, em que também se defendia, na proposta inicial, que o povo que deveria intervir a meio. Primeiro começou por ser ilegal, depois chegámos à conclusão que não era ilegal, até porque o próprio legislador, quando fez a lei, deixou ao critério das Assembleias Municipais colocar esse tempo de intervenção do público no início, no meio ou no final. Defendia que devia ser no meio por uma razão muito simples, aproximar a Assembleia dos munícipes. No final também não me parece muito bem, porque já não temos cá ninguém, como estão a ver, portanto, ou seja, as Assembleias acabam por demorar algum tempo e as pessoas acabam por ir embora e, portanto, não há participação do público. E entendia que, efetivamente, deveria ser colocado no meio. _____

Terminada a intervenção, foi dada a palavra para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito: _____

- **A Deputada Sra. Paula Natal** mencionou relativamente às despesas tidas com a elaboração deste documento que não lhe cabe que se gaste cerca de 5.000,00€ (cinco mil euros). _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** perante a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia ficou sem perceber se o presidente da Assembleia defende este Regimento. Porque, na verdade, toda a sua intervenção foi para contrariar o Regimento. No seu entender deve defender para além das suas convicções pessoais ou políticas. _____

Terminadas as intervenções, **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** frisou que mencionou que não podia não concordar com algumas coisas, mas que as aceitava em democracia. _____

Finalizadas as intervenções, foi colocado o ponto a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, num universo de 28 membros, **aprovar, por unanimidade o novo regimento** da Assembleia municipal de Valença e revogar o aprovado a 22 de fevereiro de 2002. _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 28 (vinte e oito) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Finalizada a intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 16h15m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e sete páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Coordenadora Técnica que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal A Coordenadora Técnica,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,

Elisabete Guerreiro Dias Esteves	José António Moreira Cerqueira